

NA URDIDURA DO PALÁCIO: A CORTE DE JUSTINIANO E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES POLÍTICAS NO MUNDO TARDO ANTIGO

Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes Mamedes¹

Resumo: Pretendemos neste artigo analisar as relações de poder que marcaram o período da chamada Antiguidade Tardia, em especial no que se refere ao período de governo do imperador Justiniano (527-565). Em uma época em que marca a passagem dos imperadores militares para os chamados imperadores de corte, o ambiente cortesão passa a ser um espaço político de primeira grandeza, com grupos sociais formados em torno do imperador, com organizações cada vez mais elaboradas. Para governar, os imperadores mesmo sendo autocratas necessitam lançar mãos de estratégias como: o dar e receber, a persuasão, a negociação, a imposição. Enfim, havia um jogo constante a ser trabalhado por aquele monarca que queria ter uma longa vida no poder.

Palavras-chave: Justiniano. Poder. Corte.

Abstract: In this paper we intend to analyze the power relations that marked the period of the so-called Late Antiquity, especially with regard to the period of Emperor Justinian's government (527-565). At the age marks the transition from military emperors to so-called court emperors, the courtier environment becomes a prime political space, with social groups formed around the emperor, with increasingly elaborate organizations. To rule, emperors, even being autocrats, need to lay hold to strategies such as giving and receiving, persuasion, negotiation, imposition. Finally, there was a constant game to be worked out by that monarch who wanted to have a long life in power.

Keywords: Justian. Power. Court.

¹ Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Título provisório da tese: Um Deus, uma Lei: a Construção da identidade Romana no *Corpus Iuris Civilis*, bolsista Capes/Fapemat. kelly_mamedes@hotmail.com.

Introdução

A importância política de Justiniano o levou a ser eternizado através dos tempos, sendo objeto de análise de diversas correntes historiográficas, seja buscando traçar um panorama sobre seu governo ou contextualizando-o dentro do Império Romano do Oriente. Autores renomados como John Bagnel Bury, Georg Ostrogorsky, Javier Lacasta, Franz Georg Maier, James Allan Evans, Michel Mass, Warren Treadgold, entre outros, se debruçaram sobre o que podemos chamar de “Era de Justiniano”.

A partir das obras escritas por Procópio é possível vislumbrar o cenário imperial de Justiniano, seja através das guerras, do aspecto político ou pelo projeto arquitetônico. Uma das perspectivas que nos chama a atenção está no que se refere a política de seu reinado, principalmente no que concerne às disputas e conflitos que aconteciam dentro da corte imperial. O objetivo desse artigo é realizar uma discussão acerca das relações de poder que aconteceram dentro da corte de Justiniano tendo como hipótese a perspectiva de que a corte imperial está marcada por constantes situações de conflito e diante dessas, mesmo o poder imperial tendo fortes características autocratas que marcam as estruturas políticas da Antiguidade Tardia, pressionam o poder imperial, por isso, o monarca, aqui em nosso caso, Justiniano, precisa negociar com os diferentes membros que compõe o escol cortesão.

51

1. O governo de Justiniano

Justiniano ascendeu ao trono no ano de 527, porém sua trajetória imperial começou quando o detentor do poder era ainda seu tio Justino, entre os anos de 518 a 527. Assim que começou a sua carreira na capital, Justino trouxe alguns parentes para junto de si e pôde proporcionar a eles uma educação melhor do que a lhe foi proporcionada. Entre eles estava Justiniano, que acabou por obter a confiança de seu tio e foi adotado como o filho que ele não teve, segundo J. A. Evans (2001, p. 96), o cognome *Iustinianus* usado por *Flavius Petrus Sabbatius* indica uma adoção formal. A autoridade e prestígio de Justiniano podem ser comprovados através da sua vertiginosa ascensão política: em 519 foi nomeado conde, em 520 assumiu a condição de mestre militar das tropas de reserva, em 521 tornou-se cônsul e entre os anos de 522 e 527 recebeu os títulos de *patricius* e *nobilissimus*. Enquanto Justino ainda ocupava o cargo imperial, seu sobrinho começou a ser seu parceiro e o poder efetivo

por trás dos bastidores², e, em abril de 527, Justiniano galgou o penúltimo degrau à sua elevação máxima, foi consorciado ao trono. Conforme as palavras de Procópio de Cesaréia “Porém, seu sobrinho Justiniano, que era todavia jovem, se fez cargo de toda administração do poder”.³

O legado do imperador Justiniano para a posteridade nos parece inegável, a *renovatio* do antigo esplendor romano se deu através das batalhas de reconquista, das suntuosas construções arquitetônicas, da compilação das leis e o aumento da interferência imperial sobre as questões religiosas. Essa grandeza governamental, que foi dirigida por um imperador autocrata, também teve um lado controverso que não podemos deixar de expor, pois tamanhas ambições governamentais acabaram por deixar o império em uma situação de crise financeira e campanhas militares frustradas, além da dificuldade em promover a unificação de um único dogma cristão.

Para entender a política de Justiniano e como essas relações aconteciam na corte imperial devemos iniciar a nossa discussão pontuando que o imperador era um autocrata, um princípio de concentração de poder adotado⁴ após as tormentas que o império Romano sofreu no III século. A substituição do *principado* pelo *dominato*, a nova forma de poder instaurado por Diocleciano, foi o ponto de partida da autocracia romana, onde toda administração, seu aparato, estavam nas mãos do imperador, que se torna então chefe do exército, juiz supremo e único legislador.

O domínio do exército no III século, se constituiu como principal fato de ascensão ao trono imperial, com monarcas levados ao poder por pronunciamentos militares, e este foi o caso de Diocleciano. Ao subir ao trono e assumir como *senior*

52

2 A efetiva participação de Justiniano junto ao poder imperial, quando o governo ainda estava nas mãos de seu tio Justino tem suscitado algumas posturas contrárias dentro da historiografia, autores como James Allan Evans, Franz Maier e John Freely afirmam a participação efetiva no poder do futuro imperador. Já autores como Brian Croke e Doug Lee entendem que é preciso matizar essa atuação, pois havia também outros membros influentes na corte como o general Vitaliano e o jurista Proculus. Sobre essa questão ver CROKE, Brian. Justinian under Justin: reconfiguring a reign, *Byz. Zeitschr.* n.º 100, 2007, pp. 13–56. EVANS, James Allan. **The Age of Justinian: The Circumstance of Imperial Power.** London/ New York: Taylor & Francis e-library, 2001. FREELY, John. **Children of Achilles: the Greeks in Asia Minor Since the days of Troy.** Londres: I B Taurys, 2010. LEE, Doug. **From Rome to Byzantium AD 363 to 565: The Transformation of Ancient Rome.** Edimburgo: Edinburg University Press, 2013, p. 177-179. MAIER, Franz Georg. **Bizancio.** Madrid: Siglo Veintiuno, 1983.

3. Tradução nossa da edição por nós consultada em língua espanhola: PROCÓPIO DE CESAREA. **Historia Secreta.** Introducción, traducción y notas de Juan Signes Cordoñer. Madrid: Gredos, 2000.

4. A partir do último terço do III século o poder no Império Romano tomou uma feição mais absoluta que anteriormente. Porém, convém ressaltar segundo Bertrand Lançon, que seria uma análise muito simplista opor um Principado moderado que teria marcado as fases iniciais do império para uma monarquia autocrática como a que se caracterizou na fase da Antiguidade Tardia, essa concentração de poder já se vislumbrava nas dinastias do Flávios e Antoninos. O império romano não passou subitamente no fim do III século de um governo menos autoritário para um mais autoritário, mas, é incontestável que a intervenção, o controle e o peso do Estado na sociedade romana se agudizou a partir de Diocleciano. Cf. LANÇON, Bertrand. **O Estado Romano: Catorze Séculos de Modelos Políticos.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2003

Augustus (primeiro imperador), instaurou a tetrarquia buscando retomar a unidade imperial e a estabilidade política, que se encontravam ameaçadas.

Essa nova política imperial que se torna perceptível a partir de Diocleciano, passou por mudanças administrativas, com a separação das funções civis e militares. No entanto, o ponto central da administração se manteve na prefeitura do pretório, enquanto à esfera militar estava delegada à defesa profunda das fronteiras, com um aumento considerável do efetivo do exército. Para que houvesse a eficácia de uma política defensiva e uma burocracia multiplicada, se somou a essas mudanças uma política fiscal que servisse para manter as receitas do império equilibradas e não mais sujeitas ao fantasma inflacionário que atormentou o período anterior.

Com o que foi denominado pela historiografia “crise do III século”⁵ e como resposta a esta, Diocleciano (284-305) e posteriormente Constantino (306-337) realizam um conjunto de reformas que apresentam como uma de suas características fundamentais uma concepção de poder que estabelece a sua legitimação em novos termos. Quando Diocleciano ascende ao trono, paulatinamente se instaura um processo de transformação da percepção de Estado e com Constantino uma fase desta mutação se encerra. Essas implementações instituídas por Diocleciano e completadas por Constantino. Segundo Garcia Moreno (1985, p. 345), eram pautadas por uma grande dose de pragmatismo, que não estão apenas situadas em um projeto tenaz e autoritário em sua aplicação, havia a crença de que nelas estava a salvação do Império.

53

Aliado a essa nova concepção de poder destacamos que segue uma segunda característica do Estado imperial tardo romano, a centralização e concentração do poder nas mãos do imperador, será dele que emanará toda a legislação e a justiça, passando a governar com autoridade ilimitada (CRUZ, 1997, p. 94-95).

No império tardo antigo permanece como força dominante o *Imperium Romanorum Christianum* e as formas sociais e políticas que surgiram no século IV se mostraram duradouras e eficazes no Império Romano até o fim da época do governo

⁵ Quando utilizamos a expressão “crise do III século”, estamos nos referindo aos momentos dramáticos vividos pelo Império Romano, desde o limiar do II século até a ascensão de Diocleciano ao poder. Embora devamos frisar que essa crise não foi uniforme em todos os domínios do império e que tampouco tenham abalado todas as estruturas que marcam o Estado, mas foi marcada por dificuldades econômicas, políticas e guerras civis. O papel dos generais se desenvolveu de forma crescente, o que conferiu um caráter militar ao governo e com um enfraquecimento do Senado. Um número grande de imperadores e usurpadores disputavam a legitimidade do poder e acabaram por perecer de forma violenta. Juntamente a esse cenário de disputa política se somou o problema nas fronteiras na guerra contra os sassânidas e as incursões bárbaras na parte Ocidental. Esse quadro desordenado minou os componentes tradicionais de legitimação do Império e favoreceu o aumento de um poder mais autoritário. Cf. BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo. ¿Otro mito historiográfico? La crisis del siglo III y sus términos en el nuevo debate. **Studia historica. História Antigua**, Salamanca, 2012, nº 30, pp. 115-140. GRANT, Michel. **The Collapse and Recovery of the Roman Empire**. Londres: Routledge, 1999. MODERÁN, Yves. **L'Empire Romain Tardif: 235-395 ap. J. C.** Paris: Elipses Édition, 2006. SOUTHERN, Pat. **The Roman Empire from Severus to Constantine**. Londres: Routledge, 2001.

de Justiniano. Durante o império tardo-romano, os imperadores tinham todo o poder, conferiam dignidades, nomeavam cônsules e os burocratas, eram os juízes supremos e a justiça era aplicada em seu nome, comandavam o exército por meio do prefeito das milícias, ou seja, o imperador era a única fonte de poder e direito e governava com uma autoridade ilimitada.

Mas queremos destacar que, apesar desse poder autocrático instaurado, onde o imperador parece ter um poder ilimitado, devemos repensar até que ponto existia de fato um poder tão absoluto assim. Durante a Antiguidade Tardia, onde observamos uma burocracia cada vez mais especializada e o aumento do poder de articulação dos membros pertencentes à corte imperial, o monarca necessitou de uma imensa capacidade em saber se movimentar dentro desse ambiente político, e coordenar as ações dos seus atores com precisão para manter seu governo.

Lembremos que a expressão autocrata é originária do grego *autokrator*, que foi legado pelo período helenístico, onde os reis helenistas autocratas eram divinizados. Suas imagens ocupavam lugares juntos aos templos dos deuses, eles eram a fonte da lei em seus reinos, e como tal, eles eram a lei encarnada. Apesar de ser o monarca, humano, era, ao mesmo tempo, mais que um homem, pois ele corporificava a força vital divina, que deu às leis sua substância. Segundo Evans, esta noção helenista de monarca pela qual os reinos temporais copiavam a realeza do supremo basileu, Zeus, conformou a ideologia do ofício imperial da Roma tardia (EVANS, 2001, p. 58).

54

O mundo tardo antigo marcou o imperador como uma função sobre-humana, isto é, como um parceiro temporal da divindade. Com a cristianização essa ideia da figura imperial como representante de Deus o colocou como um propagador da fé além das fronteiras do império, o pastor devotado de seu rebanho, e seus atos deviam replicar a filantropia divina. Ele deveria exibir sua generosidade em obras públicas, como aquedutos, pontes, fortificações nas defesas imperiais, ademais, era seu dever ajudar o mais humilde que sofreu nas catástrofes naturais.⁶

Justiniano herdou um conceito de ofício imperial que já tinha sido bem desenvolvido e o interpretou em seu significado mais extremo. Ele acreditava em seu compromisso divino. O preâmbulo do *Digesto* (98, 2.2) proclama sua missão divina: "Governando sob a autoridade de Deus nosso império, que foi entregue a nós pela Majestade Celestial, para nos conduzir a guerra com sucesso e tornar a paz honrável, e nos apoiar a condição de Estado". Outro exemplo encontramos no *Codex Repetitiae*

⁶ Essa "generosidade" é o que pode ser denominado modernamente de *evergetismo*, um conceito que, segundo Henri Marrou e André Boulanger, consiste no fato de que as coletividades esperam que os ricos contribuam com seus próprios recursos para as despesas públicas. Esses mecenas poderiam ser tanto senadores, imperadores ou um simples notável local, um evergeta é um homem que ajuda a coletividade com seu pecúlio. Cf. VEYNE, Paul. *Pão e Circo*. São Paulo: Unesp. 2014. p. 14-17.

*Praelationes*⁷ (12, 1.14): “Que há maior e mais sagrado, que a majestade imperial? Quem é tão arrogante para ignorar o juízo do príncipe, se os próprios legisladores não constatado clara e categoricamente que as decisões imperiais possuem toda a força de uma lei”. A figura imperial, ao lado da divindade, era o único capaz de proteger seu povo.

Lembremos que Justiniano já compartilhava o poder imperial antes da morte de Justino, sendo coroado co-imperador em abril de 527. Essa atuação política possivelmente permitiu que ele estivesse preparado para assumir o posto máximo do Império. Quando assumiu o trono, Justiniano tinha em seu poder um Estado com uma grande reserva financeira, herança da administração de Anastácio, e isso possibilitou que ele levasse a cabo seus projetos de *Renovatio Imperii*, que tanto abarcavam a política exterior, como a reconquista dos territórios agora governados pelos povos bárbaros (vândalos, visigodos, ostrogodos), e os conflitos nas fronteiras, bem como implementar uma política interna que abarcava as reformas da administração que deveria ter um funcionamento eficaz e frutífero, o fortalecimento da economia e a recuperação da unidade religiosa dividida pela luta contra os monofisistas⁸.

2. Justiniano, um imperador de corte

55

Com o conjunto de transformações que ocorreram a partir do III século, queremos salientar que o lugar de atuação imperial também sofreu alterações durante a

⁷ O denominado *Corpus Iuris Civilis* é a compilação jurídica realizada pelo imperador Justiniano no ano de 529, sob a direção do Jurista Triboniano. É composto por quatro partes: o *Digesto* ou *Pandectas*, as *Intitutas*, o *Codex Repetitae Praelectiones* ou *Codex Iustinianus* e as *Novelas*. Cf. BRETONI, Mario. **História do Direito Romano**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. EVANS, James Allan. **The Emperor Justinian and Byzantine Empire**. London: Greenwood Press, 2005, p. 24-25.

⁸ O monofisismo foi uma heresia cristológica do V século, iniciada pelo arquiandrita de Constantinopla Eutiques, que propunha que em Cristo havia apenas uma natureza e uma só pessoa, qual seja, a divina. Foi condenado no Concílio Ecumênico da Calcedônia no ano de 451. Apesar da condenação conciliar o monofisismo não desapareceu, os ambientes monofisistas, numerosos e poderosos, sustentados por um grande número de monges se sublevaram e se instalaram em um grande número de sedes episcopais, principalmente no Egito, Síria e Mesopotâmia. O desejo de reconduzir a Igreja à unidade comandará a política religiosa de todos os imperadores do momento, como foi o caso do imperador Justiniano, que por seguir as ideias de calcedônia, vai lutar apaixonadamente pela unificação da Igreja e combater o monofisismo. No ano de 532, ocorreu em Constantinopla três dias de debates doutrinários, convocados por Justiniano. Um encontro entre bispos representantes da Calcedônia e dos bispos monofisistas. Apesar de não ser composto pelos líderes mais eminentes dos respectivos movimentos, compareceram figuras consideradas respeitáveis, a fim de que pudessem conversar em busca de uma flexibilidade. Esse encontro mostra que o imperador tinha consciência de que para unir sua política imperial, não poderia permitir uma divisão eclesíástica. A tentativa de um diálogo não se mostrou tão frutífera quanto esperava Justiniano, e por isso, anos depois vai iniciar uma massiva política de perseguição. Cf. EVANS, James Allan. **Age of Justinian: The Circumstance of Imperial Power**. London/ New York: Taylor & Francis e-library, 2001, p. 111. MAIER, Franz Georg. **Bizancio**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1983, p. 55. SESBOÜÉ, B.; WOLINSKI, J. **O Deus da salvação**. v. 1. São Paulo: Loyola, 2005. p. 122.

Antiguidade Tardia, uma vez que houve o surgimento dos chamados “imperadores de corte”, com os quais as decisões centrais já não eram forjadas no campo de batalha, mas nos gabinetes imperiais, cercado por um notável grupo social em torno dele, que abrangeu, mas também transcendeu, as principais instituições do governo, assumindo, assim, formas cada vez mais elaboradas. Justiniano foi um desses imperadores que praticamente não deixavam seus palácios, fazendo uso de um aparato humano que fosse capaz de realizar suas decisões estruturadas dentro de um ambiente cortesão.

A reforma de Diocleciano e Constantino criou uma nova ordem administrativa que continuou por toda Antiguidade Tardia. Esse sistema tinha como princípio a confirmação e a manutenção da autocracia imperial, a centralização do poder e a burocratização do Estado. Essas medidas tiveram por intenção limitar a influência do Senado e firmar as atribuições de cada uma das instituições governativas, com o fim de evitar a concentração de poder nas mãos de qualquer um que não fosse o imperador (OSTROGORSKY, 1984, p. 48).

A administração civil e militar, a administração central e a das províncias passaram a ser cuidadosamente delimitadas e as diferentes ramificações administrativas convergiram na pessoa do imperador, que dirigia todo o aparato estatal centralizado.

56

A burocracia tardo-antiga tem seus principais postos ocupados por membros da camada dominante dessa sociedade, e isto significa que o exercício dessas funções era sinônimo de prestígio e poder, ainda mais se levarmos em conta que a carreira de funcionário imperial era uma das poucas possibilidades de ascensão social durante o período. Mas, devemos destacar que essa estrutura funcional, que se tornou a “coluna vertebral” do Estado, também se caracterizou pela voracidade dos membros da burocracia que buscavam sempre obter ganhos pessoais. Essa avidez acabava por recair cruelmente sobre a população e levava ao empobrecimento das camadas mais populares, com a ausência de direitos e liberdade (OSTROGORSKY, 1984, p.47). Queremos apontar que essa corrupção funcional foi um dos motivos que levou Justiniano a tentar combater essa mazela através de um projeto de reforma administrativa.

No IV século, a característica mais importante do ordenamento administrativo foi a separação entre o poder civil e o militar. A administração civil de uma província passou a ser exclusivamente submetida ao governador da província, a administração militar estava ao cargo do “*dux*” (duque) que podia comandar uma ou mais províncias, inclusive a Prefeitura do Pretório perdeu o seu caráter militar e se converteu em uma autoridade puramente civil. Justiniano buscou durante seu governo unificar nas províncias o poder civil e militar, mas isso não funcionou tão bem em algumas regiões.

A questão dos prefeitos do pretório, como bem nos lembra Ostrogorsky (1984, p. 50), foi um caso emblemático, por um lado eles possuíam uma onipotência que acabava por criar uma rivalidade com os outros órgãos do governo central, por outra parte, os imperadores se esforçavam constantemente em limitar seu poder, restringindo seu raio de ação, bem como utilizando os governadores das dioceses para conter o crescimento de poder dos prefeitos. Esta luta interna dos diferentes cargos burocráticos entre si nos mostra o dinamismo que esse sistema passou a ter durante a Antiguidade Tardia e embora as estruturas tenham se mantido por longos anos, as mudanças que ocorreram foram frutos da necessidade de adequação de cada imperador para manter a sua soberania.

Se antes o Império Tardo Romano era dominado pelos aristocratas, que na maioria das vezes ocupavam os cargos administrativos mais altos, no governo de Justiniano, os burocratas muitas vezes não baseavam sua autoridade nem em seus antepassados nem em sua coragem, mas no domínio dos livros e do conhecimento. Homens como Triboniano e João da Capadócia, que não gozavam de uma origem aristocrática, mas possuíam um enorme conhecimento, ocuparam não apenas cargos de alta confiabilidade, como se tornaram fortes aliados do imperador (GREATEX, 1984, p. 11).

A burocracia tinha seu lugar de atuação na corte imperial. Embora a corte sempre tenha sido o lugar de exercício da autoridade desde os primórdios do Império Romano, foi durante a Antiguidade Tardia que essa concentração de poder cortesão foi aumentando cada vez mais. A corte se torna o centro do poder e o palácio o lócus por excelência desse poder. No período de Justiniano esse lugar já não era mais Roma, mas Constantinopla. Apenas um século depois de sua fundação a cidade já possuía uma população mais numerosa que Roma e estava destinada a substituí-la como novo centro de governo.

É importante salientarmos que durante a Antiguidade Tardia houveram dois processos paralelos que tornaram possível o fortalecimento da corte como local de poder. O primeiro foi a desmilitarização da figura do imperador, pois, desde Augusto até Teodósio, poucos imperadores que detiveram o poder máximo se sentiram mais confortáveis em seus palácios do que nas frentes de batalha. A maioria era formada de generais, líderes e guerreiros, onde estar à frente do poder era estar associado a liderar seu exército. Envolto em muitos anos de batalha, alguns imperadores nem chegaram a conhecer a capital imperial, muitos morreram liderando seus homens. Foi com os filhos de Teodósio, Arcádio no Oriente e Honório no Ocidente, que essa mudança vai começar a ocorrer, pois eles inauguraram uma nova era onde os imperadores deixavam que outros lutassem por eles. Por outro lado, à medida que as reformas de

Diocleciano e Constantino aumentaram a burocratização do poder, os governantes passaram a se cercar cada vez mais de cerimoniais em palácios cada vez maiores, o que possibilitou a concentração de autoridade na corte (O'DONNELL, 2010, p. 224). Segundo Michel McCormick (2000, p. 135), tais transformações ocorreram em ambas as partes do império e afetaram o mundo tardo romano, embora tenha se difundido de forma mais ampla na parte Oriental.

Concordamos com os apontamentos feitos por Norbert Elias, em sua obra *A Sociedade de Corte* (2001, p. 28), que a ascensão da corte está ligada ao impulso da crescente centralização do poder de um Estado juntamente à crescente monopolização das duas fontes decisivas de poder convergindo nas mãos de quem detém o domínio: a cobrança de impostos e o poderio militar. Por isso, entender a dinâmica social da corte é primordial para compreender a dominação de soberanos absolutos ou quase absolutos sobre uma maioria esmagadora de súditos, muitas vezes por longos períodos, como foi o caso de Justiniano. Governantes poderosos faziam parte de uma rede muito específica de interdependências e para conseguirem manter o seu espaço de atuação de poder precisavam do auxílio de uma estratégia muito bem articulada que utilizava a atuação dos componentes desse ambiente cortesão.

A figura do imperador tardo romano dominou sua sociedade como poucos governantes antes ou depois. Temos a imagem de um imperador intrinsecamente ligado a Deus, o corpo do imperador era humano, mas o seu poder imperial o fazia "como Deus" (McCORMICK, 2000, p. 125). No entanto, essa figura tão suprema nunca estava sozinha, estava sempre acompanhado de outros, que compartilhavam da sua glória e do seu esplendor. A população invejava a sorte de seus assistentes e companheiros mais próximos, apesar da constatação de que o prestígio na corte era precário. Como nos mostra Elias (2001, p. 108), a ordem hierárquica nessas sociedades de corte oscilava incessantemente, o equilíbrio era instável, às vezes tratava-se de pequenos abalos, outras vezes de abalos bastante perceptíveis que alteravam a posição dos indivíduos e sua distância hierárquica dentro dessa sociedade. Acompanhar essas perturbações, estar a par de suas causas e consequências eram algo vital para os cortesãos.

Tal característica torna a Corte um espaço político de primeira grandeza. O conceito de corte tardo antiga consegue explicar a convergência de pessoas e aparato em torno dessa figura tão poderosa. Dentro dessa nova esfera de poder, grupos sociais são formados em torno do imperador, com organizações cada vez mais elaboradas. O serviço palatino geralmente trazia privilégios como isenções fiscais, bem como a jurisdição do tribunal do palácio. Assim, mesmo os postos subalternos no palácio eram cobiçados por aspirantes ambiciosos. Mas, em primeiro lugar, os membros da corte tardo romana eram distinguidos pela sua localização física, pois estavam perto do

imperador e dentro do palácio.

Com o fortalecimento da corte o palácio passou a ser a representação da estrutura física desse *lócus*, onde o poder acontecia. Se até o IV século o vocabulário *comitatus* ou, em grego, o acampamento do exército *stratopedon*, servia para representar a sede imperial itinerante de sua época, com o fortalecimento da figura do imperador de corte, nos séculos V e VI, podemos dizer que a palavra de ordem passa a ser a que denomina um edifício, o *palatium*.

Com a crescente concentração de poder na corte, os imperadores para serem bem-sucedidos em seu governo deveriam demonstrar uma capacidade cada vez maior em lidar com esse ambiente e os atores que o compõe. A corte, em seu princípio, não tinha o caráter de um *ethos* oficial ou profissional, mas originou-se do sentimento de obrigação pessoal em relação a um homem mais poderoso, ou do temor diante dele. Segundo Elias (2001, p. 27), alianças e rivalidades, amizades e inimizades pessoais agiam como fatores normais no tratamento dos assuntos de governo, assim como em outros assuntos oficiais.

O poder autocrático coloca nas mãos de um único homem um poder extraordinário e toda a atenção de seus súditos deve ser voltada à sua pessoa. Desta forma, se torna muito fácil que o ocupante de sua posição acabe por cair na tentação de cometer condutas arbitrárias e escolhas infelizes que acabem por levá-lo a sua ruína. O soberano autocrata precisa de uma estratégia de conduta bem planejada, caso pretenda se manter em sua posição por um longo período.

Apesar da supremacia que os monarcas de corte possuíam, ela não era garantia de um poder absoluto. Podemos afirmar que o imperador se encontrava em uma posição única dentro da corte, pois se qualquer indivíduo sofria pressões oriundas de todos os lados, apenas o monarca não sentia esse tipo de efeito, uma vez que a única força a que estava submetido era o poder da divindade. No entanto, não é possível desconsiderar as pressões daqueles indivíduos que estavam abaixo dele. Elas poderiam ser insuportáveis e reduzi-lo a nada, caso esses grupos cortesãos se unissem e agissem em uma mesma direção, qual seja, contra ele (ELIAS, 2001, p. 28).

Diante disso o monarca tinha que ser hábil o suficiente para manter esse sistema funcionando ao seu favor, ou seja, saber negociar era relevante para quem detinha o poder. Enquanto os grupos estivessem dirigindo seus potenciais de ação uns contra os outros, concorrendo entre si, buscando com isso uma chance de aumentar seu poder e prestígio junto ao soberano, diminuía a possibilidade de tramas e intrigas contra o trono.

A política de dar e receber e os esforços de persuasão e de pressão eram artifícios que os imperadores deveriam aplicar sobre seus súditos para conseguir

governar com sucesso. Se por um lado era preciso convencer, por outro deveria realizar arbitragens que fossem capazes de manter sob controle esses indivíduos subordinados e poderosos.

A lealdade ao imperador deveria ser constantemente reforçada nas mentes dos súditos, tanto nas capitais quanto nas províncias. Nas cidades do império, seus retratos tinham *status* sagrado concedido também à sua pessoa, os cidadãos romanos oravam publicamente para a sua saúde e sucesso, e eles aclamavam seu nome quando os mensageiros liam comunicados anunciando suas vitórias ou novas leis, feriados comemoravam as adesões imperiais e as vitórias conquistadas (McCORMICK, 2000, p. 145).

As relações entre os imperadores e a corte sofreram grandes diferenças ao longo da Antiguidade Tardia. Alguns se comportavam como fantoches de funcionários, imperatrizes e eunucos, que efetivamente governavam o destino do império, enquanto outros, como, por exemplo, Justiniano, haviam levado a gestão do poder com eficácia a fim de concretizar suas ambições.

Houve muita discussão a respeito da corte imperial tardo romana, especialmente no que tange a sua cristianização, como, por exemplo, *Diálogo sobre Ciência Política*, o *Tratado sobre a Estratégia*, de autoria de Agapetus, e o prefácio das *Novelas*, de Justiniano. A carga simbólica que envolve o poder dos soberanos e os rituais da corte fascinava os contemporâneos, que escreviam vários panegíricos sobre o assunto.

60

3. Os membros da Corte

Este aparato burocrático era bastante heterogêneo, composto pelos membros do exército, da aristocracia, dos grandes proprietários, de juristas, homens da igreja, além de, gradativamente, termos a presença de membros de camadas menos favorecidas que também começaram a galgar patamares mais elevados. Essas eram algumas das principais figuras que estavam regulamentadas por um escalão hierárquico, assim como uma distribuição de funções e uma gama de competências claramente delimitadas.

Além do próprio imperador, quem realmente tinha poder na corte? Esforços para criar uma rede de influências junto à comitiva imperial mostram que os contemporâneos valorizavam naturalmente o apoio de funcionários públicos que chefiavam os grandes gabinetes imperiais e trabalhavam em estreita colaboração com o governante. Funcionários que atuavam diretamente com o imperador, como, por exemplo, o *magister officiorum*, o prefeito pretoriano do oriente e o questor, eram figuras constantemente requisitadas para ser uma fonte de se obter favores. No campo

militar, o seu principal preposto era a figura do *magister militum*. Lembremos que, com o surgimento da figura do imperador de corte, onde o exercício do poder era realizado dentro do palácio, era muito importante que um homem com sagacidade militar fosse capaz de ser um braço do imperador junto ao exército.

Mas a corte era composta por mais do que apenas os burocratas importantes e generais. Havia uma figura central que não era negligenciada tanto pelos antigos "lobistas" quanto pelos historiadores modernos, qual seja, a imperatriz

A proeminência política e a importância das imperatrizes avançaram significativamente. Com o "encerramento" dos imperadores no palácio, suas esposas ganhavam a oportunidade para atuar e serem vistas. Assim, elas ganharam o controle de seu próprio *cubiculum*, passaram a acompanhar mais seus maridos e se esforçavam para influenciar as decisões na corte. Justiniano exigia de seus funcionários um juramento religioso de fidelidade não apenas à sua figura, mas, também à de sua esposa, Teodora; Justino II, cuja estátua da esposa frequentemente ladeava sua própria, teve o seu retrato associado ao do imperador nas moedas de bronze; as *Augustae* também figuravam ao lado de seus maridos em juramentos legais, confirmando negócios públicos dos cidadãos, além de possuírem seu próprio corpo de funcionários. A influência cada vez maior das imperatrizes não apenas junto a seus consortes, mas dentro do ambiente cortesão, era capaz de proporcionar a muitos solicitantes um acesso ao monarca que não seria possível por outras vias, fato este que servia para reforçar ainda mais esse poder feminino.

Teodora é uma representação dessa atuação feminina dentro da corte imperial. O seu intenso desempenho político junto ao seu marido levou Maier (1983, p. 43) a considerá-la um pilar do governo de Justiniano, além de tê-la tornado um alvo para as duras críticas do historiador Procópio de Cesareia. Em vários momentos da sua obra *História Secreta*, Procópio se refere ao fato de Teodora se imiscuir nos assuntos de Estado, receber figuras eminentes em seu *cubiculum*, opinar na legislação, conseguir influenciar a nomeação de pessoas de seu interesse a um cargo burocrático ou levar à ruína diversas figuras importantes. Quanto mais Procópio parece demonstrar todo o seu descontentamento com a imperatriz, mais ele nos mostra o quanto ela conseguia transitar dentro desse universo cortesão.

Podemos ainda questionar até que ponto essas mulheres exerceram esse poder, afinal, elas estavam inseridas em uma sociedade que severamente restringia seu campo de atuação com ações de segregação. As imperatrizes estavam visivelmente ausentes de muitas, se não da maioria, das cerimônias públicas que envolviam o imperador. Aparentemente, tinham seu próprio séquito feminino, formado, principalmente, pelas esposas dos homens importantes da corte. No entanto, mulheres como Galla Placídia

e Pulquéria tiveram creditados a elas papéis políticos decisivos. Para Averil Cameron (2005, p. 75), embora Teodora possa ter sido uma mulher poderosa seria um exagero considerá-la co-regente, pois ela não governava sozinha. Ela estava inserida em uma corte tradicional, restrita ao palácio e suas cercanias, mas, apesar disso, consideramos que ela conseguiu astutamente agir dentro desse universo, exercendo uma forte influência junto a Justiniano.

Além da questão da atuação das esposas imperiais, queremos pontuar que as relações familiares eram outro fator de influência dentro da corte, uma vez que a promoção de um indivíduo era um benefício para toda a família. A família e as instituições centrais do governo se integravam dentro do palácio e, assim, aumentavam a significância das conexões familiares. Muitas vezes, quando estas famílias chegaram ao topo, algumas mostraram notável poder de permanência, especialmente à luz de revoltas que destruíram a sociedade em geral. Por exemplo, podemos citar que nenhum dos parentes do imperador Anastásio sucedeu-o no trono, mas seus descendentes podem ser identificados em posições de destaque e poder ao longo do tempo, além do mais, temos o próprio caso de Justiniano que teve a sua ascensão ao trono devido ao fato de seu tio Justino ter sido nomeado imperador anteriormente.

62

Ao pensarmos na intrincada rede cortesã que era composta pelos burocratas que desempenhavam importantes funções políticas e pontuar que ao lado deles as imperatrizes também tiveram seu papel decisivo, há, pois, um conjunto de pessoas que muitas vezes pode até ser ignorado pelos estudiosos, mas sua influência era tão importante que levou alguns historiadores como, por exemplo, Evans (2001), McCormick (2000) e O'donnell (2010), a reservarem parte de suas análises a eles, qual seja, os eunucos.

Apesar de constatarmos a presença dos eunucos na corte imperial desde os primórdios do Império Romano, foi na Antiguidade Tardia que a importância dessas personagens aumentou significativamente. Segundo Evans, à medida que os imperadores se tornaram figuras santificadas, os eunucos adquiriram um papel especial como intermediários, proporcionando simultaneamente tanto uma imagem da pessoa sagrada do imperador como o canal de comunicação para os seus assuntos, pois, muitas vezes, vendiam o seu acesso direto ao imperador para pessoas que buscavam um caminho mais curto para chegar até eles.

A castração tornava os eunucos uma casta especial, eles dependiam completamente do favor do imperador, sem esperança de herdeiro eram impossibilitados de se tornarem aristocratas e proibidos de assumirem certos cargos, não importava quão ricos se tornassem, e muitos eunucos se tornaram muito ricos. Mas, na segunda metade do IV século, o cargo de grande camareiro (*praepositus sacri*

cubiculi) e os comandantes da guarda pessoal eram normalmente eunucos e, de fato, os postos com acessos restritos ao imperador eram dominados por eles (EVANS, 2001, p. 48). A grande proximidade dos eunucos com os imperadores poderia criar um nível incomparável de confiança entre servo e senhor.

Os eunucos tinham o que nenhum outro ator político possuía, o acesso livre a todos os lugares do palácio, isso acabava por favorecer a eles um conhecimento incomparável da corte. Combinado com o fato de que alguns eunucos serviram por muito tempo em posições vitais, a trajetória de alguns deles sugere que o seu poder cresceu com o tempo, como o caso de Narses, que se tornou um dos importantes generais de Justiniano.

Outro grupo que não pode ser deixado de lado e que somou sua presença e influência dentro das cortes cristãs do Baixo Império, embora não tenham mudado as estruturas de acesso social aos imperadores, foram os bispos, tidos como líderes do clamor da igreja institucional. Eles tornaram-se uma presença regular na corte, rotineiramente relacionavam-se com o imperador ou participavam nas discussões em torno da eleição de um imperador, bem como executavam as funções sagradas que a vida da corte exigia. Com Justiniano vemos vários momentos em que ele se reuniu com os bispos ortodoxos e monofisistas para buscar uma perspectiva de unificação religiosa. Ligado a essa esfera religiosa ainda podemos citar a figura dos “homens santos”⁹ que, por vezes, tinham acesso livre dentro dos espaços do palácio. Através de suas proezas de ascetismo e proximidade putativa em relação a Deus, essas pessoas de “comportamento rústicos e malcheirosas” supostamente se estabeleciam nas franjas da sociedade cortesã (McCORMICK, 2000, p. 154).

Os grupos sociais que transitavam dentro da corte eram muito diversos, como já mencionamos antes, diferentes línguas, credos, etnias, estatutos sociais e redes de parentesco tornavam esse locus um grande mosaico de interesses, alianças e intrigas, organizações rivais disputavam entre si o poder e o prestígio junto ao imperador. Apesar de ser um agrupamento humano que convergiam em direção à figura imperial, compartilhando sua proximidade com ele, também tinha consciência da precariedade de seu poder e de sua posição.

Estas pessoas com características heterogêneas e com uma dinâmica constante

⁹ Aqui, quando falamos dos homens santos, estamos nos referindo aos ascetas. Nos anos finais do III século alguns cristãos se desligaram das suas formas de vida anteriores, se retiraram em solidão para levar uma vida de pobreza voluntária e de continência sexual, e se converteram em fonte para o primitivo movimento monástico do Oriente. Cf. BAUS, Karl; BECK, Franz Georg; EWIG, Eugen; VOGT, Hermann Josef. La Iglesia Imperial Después de Constantino Hasta Fine del Siglo VII. In: JEDIN, Hubert (Org.). **Manual de Historia de la Iglesia**. Barcelona: Editorial Herder, 1980, t. II; BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico**: de Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Editorial Verbo, 1972; RAPP, Claudia. **Holy Bishop in Late Antiquity**: the nature of Christian leadership in an Age of Transition. California: University of California Press, 2005.

demandavam uma estrutura e foi o cerimonial que ajudou a atender essa necessidade. Segundo McCormick (2000, p. 155), foi o cerimonial imperial que coroou uma pirâmide de rituais na sociedade e no governo tardo romano.

As cerimônias proliferaram na corte e com elas apareceram as regras e procedimentos por escrito, chegando ao ápice no século X, quando o próprio imperador assegurou que os ritos fossem registrados adequadamente e com profusão. Um dia de cerimônia fazia com que o salão de audiências ficasse cheio dos mais altos dignitários. No momento adequado se levantava a cortina e um momento de tensão pairava pelo salão quando o imperador se colocava no trono, sobre uma plataforma elevada. O mestre de cerimônias chamava pelo nome o visitante do dia, começando pelos menos importantes, que se cercavam um a um se prostrando ao solo. Os que possuíam uma importância maior, eram obrigados a prostrar-se ao chão, bem como beijar os pés do imperador (O'DONNELL, 2010, p. 245). Se, para alguns, esse ritual fazia parte da rotina, para outros poderia ser uma oportunidade única, mas, seja como for, era uma clara reafirmação e declaração do poder imperial e uma definição da situação daqueles que adentravam nesse espaço ou que perdiam sua importância quando não faziam mais parte dele.

Todos dependiam da pessoa do imperador, que era o ponto convergente dos membros da corte, uns mais outros menos, porém, o menor sinal que fosse demonstrado pelo governante poderia ser uma indicação de seu lugar junto a ele e da sua posição dentro da estrutura, que por consequência determinava o comportamento dos cortesãos entre si.

O cerimonial funcionava como um motor capaz de manter em constante movimento o vai e vem do prestígio e disputas internas dos atores da corte. A competição interna envolvia esses atores políticos em uma busca constante por poder, *status* e prestígio, em um ambiente conflituoso e em constante transformação. Observar as nuances desse ritual era um fator determinante nas disputas cortesãs, que obrigava todos os envolvidos nessa estrutura a manter uma vigilância permanente, que se articulava dentro de uma hierarquia, e os levava a continuar a realizar esse cerimonial, que muitas vezes, como bem diz Norbert Elias (2001, p. 104), poderia ser um fardo.

Um elemento interessante que está intrinsicamente ligado nesse mecanismo que envolve a corte e seus membros estava no fato de que a busca por *status* por parte de um indivíduo mantinha os outros em constante alerta. Depois que um determinado esquema de privilégios estava desenvolvido, nenhum dos que usufruíam desse prestígio podiam sair de cena sem tocar na estrutura, pois elas passavam a ser a base de sua vida pessoal e social. A posição que alguém ocupava na corte era instável, como

já dissemos, oscilava constantemente, cada promoção significava o recuo de outro, de modo que isso fomentava as batalhas internas com o fôlego de uma guerra.

A vida na corte não era, portanto, pacífica, mas uma enorme teia que aprisionava as pessoas que a compunham, que se pressionavam mutuamente buscando uma chance de se beneficiar. Os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição era uma constante, todos tinham uma interdependência e todos dependiam do imperador. Mas qual a posição que o governante máximo tinha nesse lócus? Ele se encontra em uma posição única, sem dúvida. Além da divindade, não há ninguém acima dele, pois ele era o poder supremo, mas nem por isso ele podia supor que aqueles que se encontram num nível abaixo poderiam ser insignificantes. Se todos os grupos da corte convergissem contra ele, poderiam retirá-lo do poder.

A sabedoria de um bom imperador estava na sagacidade de manter permanentemente esses grupos num equilíbrio de disputas internas a fim de minar qualquer pretensão contra ele, portanto, são as disputas internas de um grupo contra outro que anulam o seu efeito contra o imperador. Na corte, o grande papel do imperador era saber vigiar continuamente tais disputas para que as tendências divergentes desses grupos trabalhassem sempre a seu favor (ELIAS, 2001, p. 134).

Por isso, o dar e o receber, o conceder e o negar, enfim, negociar era um jogo constante a ser trabalhado por aquele imperador que queria ter uma longa vida no poder. Embora fosse a autoridade máxima, nenhum governante poderia supor que seu poder era ilimitado. Os imperadores não podiam gratuitamente eliminar qualquer aristocrata, sem que isso não acarretasse um preço a pagar, precisava agir com sabedoria, procurando agarrar a chance quando ela surgia, para saber a hora certa de eliminar, ou não, um inimigo (GREATEX, 1994, p. 88).

Um soberano poderoso poderia até ter uma aparente liberdade de ação, de uma margem de manobra e decisão maior que qualquer outra pessoa, entretanto ser "livre" não era ser independente de qualquer outra pessoa e, portanto, ter a consciência disso era de vital importância em um governo longo.

No que se refere ao imperador Justiniano, ele se consolidou como um governante autocrata, que concentrava em suas mãos o poder sobre o império. "Uma das ideias que lhe dominava com a força de uma paixão, foi a do ilimitado poder do imperador como representante de Deus sobre a terra" (MAIER; 1983, p. 39-40), mas seu governo, que perdurou por 38 anos, demonstra que o imperador conhecia as vicissitudes da trama política: a busca por aliados, a necessidade de intervir para arbitrar disputas, por vezes impondo sua vontade, em outras, cedendo. Mesmo sendo um monarca absoluto isso não era o suficiente para se manter por tantos anos sob a púrpura imperial,

era necessário atuar através da mediação dos indivíduos que compunham a corte e a burocracia.

Podemos pontuar que os elementos decisivos da estrutura do governo de Justiniano seguiam sendo a corte, a administração civil, o exército profissional, além das bases importantes do poder que era constituída pela força econômica e financeira do império. Para isso, o Estado buscava regulamentar e controlar toda a existência dos súditos, pois, dessa forma, pretendia garantir também sua sobrevivência, segurança e estabilidade. De tal modo, o principal instrumento do poder destinado a impor a vontade imperial até as fronteiras mais longínquas era uma burocracia organizada que descansava sobre os princípios da centralização, do profissionalismo e o controle geral.

Considerações finais

66 O imperador Justiniano é herdeiro de uma tradição política que se iniciou no III século, qual seja, a consolidação da figura imperial através da autocracia. O imperador é o detentor máximo de todas as prerrogativas de seu ofício. A ele cabe todas as decisões de seu território e dos habitantes que nele vivem. Com o advento do cristianismo, como religião oficial, o imperador passou a ser, além do detentor máximo do poder, àquele que representava a vontade de Deus na Terra, o único capaz de ser o verdadeiro intermediário entre a divindade e os homens. Além da consolidação de poder, temos, ainda, o progressivo aumento do papel da corte e de seus membros na esfera política. É dentre desse cenário político que Justiniano governou por 38 anos. Um governo longo que foi capaz de deixar suas marcas indeléveis na história das sociedades da bacia do Mar Mediterrâneo.

O que intentamos analisar nesse artigo é que, apesar desse poder imperial aparentemente tão pleno, as manobras que aconteciam dentro da corte palaciana eram muitas e diversas. Nas relações oriundas de interdependência humana, as formas como os conflitos apareceriam poderiam levar os monarcas a negociar em determinado momento e a agir de forma coercitiva em outros, pois o uso indiscriminado da coação tornaria esse sistema insustentável.

Conforme nos lembra Norbert Elias (2001, p. 161), apesar de termos a forte inclinação a considerar os governantes como indivíduos que estão acima das interdependências sociais, porque devido à sua condição não pertenciam diretamente a nenhuma das camadas sociais de seus domínios, todavia ele também fazia parte da rede de uma correlação humana, ou seja, ele estava inserido em uma determinada tradição social. Esses homens estabeleceram relações dos mais diversos tipos, ora

construíram alianças, ora se digladiaram em confrontos.

Este artigo teve por escopo apresentar como a política tardo antiga, e, principalmente, no que se refere ao governo do imperador Justiniano, se configurou como uma complexa estrutura burocrática que tinha como lugar de poder por excelência a corte imperial.

Acreditamos que não seja possível compreender as estruturas políticas do VI século sem considerar as estruturas espaciais onde elas aconteciam e quais os parâmetros que a determinavam. Assim como o monarca determinava as vias e os meios de dominação, a corte também o fazia, de modo a criar normativas invisíveis que iriam determinar como o poder deveria ser exercido nela e a partir dela (ELIAS, 2001, p. 66).

Bibliografia

Documentação primária:

Codex Justinianus, in Corpus Iuris Civilis, vol. 2. eds. KRUEGER, Paul; MOMMSEN, Theodor et al. Berlim: Stereotypa, 1928.

El Digesto de Justiniano I: Constitutiones Preliminares y libros 1-19. Eds. D'ORS, Alvaro et al. Pamplona: Aranzadi, 1968.

PROCÓPIO DE CESAREA. **Historia Secreta.** Introducción, traducción y notas de Juan Signes Cordoñer. Madrid: Gredos, 2000.

Obras de apoio:

BAUS, Karl; BECK, Franz Georg; EWIG, Eugen; VOGT, Hermann Josef. La Iglesia Imperial Después de Constantino Hasta Fine del Siglo VII. In: JEDIN, Hubert. **Manual de Historia de la Iglesia, tomo segundo** (Org.). Barcelona: Editorial Herder, 1980.

BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo. ¿Otro mito historiográfico? La crisis del siglo III y sus términos en el nuevo debate. **Studia historica. História Antigua**, Salamanca, 2012, nº 30, pp. 115-140.

CAMERON, Averil. **Procopius and the Sixth Century.** London: Routledge, 2005.

CAMERON, Averil. **The Mediterranean World in Late Antiquity.** London: Routledge, 1993.

CROKE, Brian. Justinian under Justin: reconfiguring a reign, **Byz. Zeitschr.** nº 100, 2007, pp. 13-56.

CRUZ, Marcus Silva da. **Da Virtus Romana à Virtude Cristã:** Um estudo acerca da conversão da aristocracia de Roma no IV século a partir das Epístolas de Jerônimo.

1997. 313 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EVANS, James Allan. **The Age of Justinian: The Circumstance of Imperial Power**. London/ New York: Taylor & Francis e-library, 2001.

_____. **The Emperor Justinian and the Byzantine Empire**. London: Greenwood Press. 2005.

FREELY, John. **Children of Achilles: the Greeks in Asia Minor Since the days of Troy**. Londres: I B Taurys, 2010.

GREATEX, Geoffrey. The dates of Procopius's work. **Byzantine and Modern Greek Studies**, nº18, Cambridge University Press, 1994, p. 101-114.

LANÇON, Bertrand. **O Estado Romano: Catorze Séculos de Modelos Políticos**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

LEE, Doug. **From Rome to Byzantium AD 363 to 565: The Transformation of Ancient Rome**. Edimburgo: Edinburg University Press, 2013.

MAIER, Franz Georg. **Bizancio**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1983.

MAIER, Franz Georg. **Las Transformaciones del Mundo Mediterráneo: Siglos III-VIII**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986.

68

MCCORMICK, Michel. Imperador e Corte. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michel (Orgs.). **The Cambridge Ancient History**. Volume XIV: Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MODERÁN, Yves. **L'Empire Romain Tardif: 235-395 ap. J. C.** Paris: Elipses Édition, 2006

MORENO, José Garcia. **La Antigüedad Clásica: El Imperio Romano**. Navarra: EUNSA, 1985.

O'DONNELL, James. **La Ruina del Imperio Romano**. Barcelona: Ediciones B, 2010.

OSTROGORSKY, Georg. **Historia del Estado Bizantino**. Madrid: Akal editor. 1984.

RAPP, Claudia. **Holy Bishop in Late Antiquity: the nature of Christian leadership in an Age of Transition**. California: University of California Press, 2005.

SESBOÛÉ, B.; WOLINSKI, J. **O Deus da salvação**. v. 1. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUTHERN, Pat. **The Roman Empire from Severus to Constantine**. Londres: Routledge, 2001.